
EDITORIAL

1. *Em face do novo quadro internacional, com realce para o esvaziamento da tensão Leste-Oeste, que foi um dos parâmetros da estratégia mundial nas últimas décadas, julga-se que, das evoluções da situação mais prováveis, aquelas que, de forma mais profunda, podem afectar os objectivos da defesa nacional, comprometendo-os ou favorecendo-os, dizem respeito:*

- *ao modelo da integração europeia;*
- *à posição relativamente à Espanha;*
- *à África Austral.*

Evidentemente outros palcos há que condicionam o futuro de Portugal, na sua essência política; mas, no previsível, apenas de forma conjuntural ou epidérmica. Assim, considera-se que é na «questão europeia», na «questão espanhola» e, eventualmente, na «questão africana» que se joga a sobrevivência do País, pelo que será nestas questões que se devem concentrar as preocupações e os esforços estratégicos da Nação. Por razões de tempo e espaço, limitar-nos-emos a aflorar duas delas.

2. *O futuro da Europa Comunitária, no qual Portugal está envolvido, é ainda uma questão em aberto, desde logo quanto ao que se entende por Europa nos seus limites geográficos e quanto ao modelo político visado. Entre as várias concepções que têm sido aventadas, algumas há que são compatíveis com (e até reforçam) os valores da defesa nacional. Mas outras há que os contrariam de tal forma que, para poderem ter vencimento, acarretam a prévia destruição da própria noção de «defesa nacional» e dos valores que lhe estão associados. Urge, pois, traçar fronteiras claras entre os vários projectos, separar as águas e combater os efeitos deletérios e lenientes dos discursos ambíguos, que pretendem conciliar o que é inconciliável. No fundo, o problema crucial está em se saber qual é, em questões vitais, o ponto focal da lealdade última do homem. Só assim terá significado, por exemplo, o conceito de «traição»: esta, no caso de algumas concepções de integração europeia, passaria a*

ser, em determinadas situações, não só um direito mas também um dever dos nascidos em Portugal.

Quanto aos limites geográficos da futura Europa Comunitária, há os que a fixam na sua actual posição (depois de absorvida a ex-RDA); ou os que a visionam, a curto ou médio prazo, na fronteira entre a Polónia e a URSS; ou os que, numa linguagem emoliente, mas pouco rigorosa e realista, se referem a uma Europa do Atlântico aos Urais (quem divide ao meio a Rússia?); ou, ainda, os que numa perspectiva geograficamente pouco rigorosa, mas pelo menos politicamente mais coerente, se referem a uma Europa do Atlântico a Vladivostoque (ou ao Pacífico). Variedades de concepções semelhantes se verificam, não tanto relativamente aos limites a Norte, mas quanto à fronteira a Sul. É evidente que estas «geografias» traduzem diferentes «Europas», com consequências e responsabilidades também diferentes para Portugal e para os portugueses.

Portugal é, politicamente, um dos mais antigos actores europeus e foi um difusor dos valores e modelos europeus à escala mundial. É, pois, um dos «pais-fundadores» da Europa: consequentemente, deve ser, não um mero aplicador (e, eventualmente, «sofredor») dos figurinos ditados por outros, mais poderosos, mas, pelo contrário, protagonizar, sem complexos, um papel de vanguarda no que tange à ideia de uma «certa Europa», ainda que ao arrepio de outras concepções aparentemente predominantes ou apregoadas por personalidades consideradas eminentes.

Dadas as responsabilidades que cabem ao IDN e a esta Revista, avançam-se duas ou três considerações, que se alinhavam de forma sucinta, à espera de oportunidade para um tratamento mais desenvolvido, mas que podem merecer desde já alguma atenção.

Um tanto ou quanto paradoxalmente, num momento de fortes impulsos integradores, ainda que de natureza essencialmente vanguardista e voluntarista, vislumbra-se, na Europa, fortes tendências de desagregação ou fragmentação política: a Leste, sob o impulso de nacionalismos renascentes; a Oeste, sob a pressão de regionalismos que, em alguns casos, mascaram fenómenos nacionalistas. Fala-se na «Europa das Regiões». Por outro lado, quanto aos limites geográficos futuros, parece ganhar corpo a ideia de uma «Europa dos 20», a atingir a longo prazo. Não é difícil descobrir quais os 8 países que poderão vir a fazer parte da CE actual. No fundo, ter-se-ia a Europa de matriz cristã, que atravessou as 3 grandes revoluções nas ideias que moldaram a Europa

Moderna e os seus valores específicos; a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Sobrepondo a Europa das Regiões à «Europa dos 20», obteremos um mapa aparentemente surpreendente: a «Europa feudal» ou do princípio do Renascimento, em que a Europa «não Comunitária» corresponderia à parte europeia do antigo Império Otomano (a Grécia seria a excepção que alguns já lamentam) e à URSS, que é euro-asiática. Ou seja, um retrocesso de quatro séculos na marcha da História.

Por outro lado, o discurso europeu dos políticos mobilizadores privilegiou sempre as «grandes palavras»: a liberdade, a dignidade e a singularidade de cada indivíduo, a diversidade e salvaguarda das culturas, a identidade das nações, a civilização comum, etc., etc. Mas, quando se chega ao concreto, o que predomina e decide são os critérios e os racionais económicos. Num discurso recente, em Portugal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA foi exemplar quando disse que «todo o país que queira aderir deverá preencher as condições políticas e, sobretudo (o sublinhado é nosso), as económicas exigidas para essa adesão». É a Europa dos ricos. Verifica-se um quadro semelhante ao que resultou da Revolução Francesa: à sombra das belas palavras de «liberdade, igualdade e fraternidade» gerou-se um regime político que concedia a cidadania apenas a uma pequena parte dos franceses (os que eram maiores do sexo masculino, que eram alfabetizados e, sobretudo, que pagavam impostos de um certo montante...). Também, nesta óptica, um retrocesso na marcha da História, de cerca de 2 séculos.

Crê-se que Portugal se deve opor, habilmente, com lucidez, mas sem tibiezas, aos movimentos que visam uma Europa Comunitária de cariz burocrático, federal, dos egoísmos, subordinada a um falso determinismo de cariz económico, de tendência centralizada, centrípeta e uniformizadora, ensimesmada ou do tipo «fortaleza». Pelo contrário, Portugal deve desempenhar um papel de vanguarda na promoção de uma Europa cultural, descentralizada, de natureza confederal, socialmente solidária, rica e criativa pela diversidade, reforçada nas suas periferias (já que são estas as portas e janelas para o mundo), e, consequentemente, ecuménica e aberta.

Crê-se também que será ilusório, a prevalecerem os critérios essencialmente economicistas, tentar a tranquilidade de espírito à sombra da possibilidade de uma preservação das identidades nacionais e da diversidade cultural: a racionalidade económica imporá que, oficialmente, só sejam adoptadas duas ou três línguas, as quais, pouco a pouco, exer-

cerão um papel aglutinador e uniformizador, liquidando a diversidade e relegando as outras línguas e culturas para fins paroquiais, como no «melting-pot» americano.

Finalmente, mesmo na feudal «Europa das Regiões», Portugal surgiu sempre como uma só Região. Desta forma, consideram-se perigosas para a sobrevivência nacional determinadas concepções de regionalização do País, não só por poderem enfraquecer profundamente a coesão interna e a solidariedade nacional, mas também por apelarem frequentemente a processos de associação a espaços territoriais mais vastos e não nacionais. Neste contexto, há que estar particularmente atento a certas estratégias comunitárias de desenvolvimento regional, mas de cariz transnacional, de esbatimento de fronteiras entre áreas vizinhas, e que a troco de um «prato de lentilhas» tendem a corroer a capacidade política dos Estados mais fracos. O desenvolvimento regional, em moldes e segundo critérios nacionais, é, hoje em dia, um imperativo de segurança nacional: a sobrevivência do País correrá um grave risco se, por exemplo, certas zonas do Alentejo começarem a sentir que os seus problemas podem ser melhor resolvidos a partir de Badajoz ou Sevilha, que a partir de Lisboa.

3. A evolução da situação em África e, em especial, nos territórios de língua portuguesa, abre perspectivas novas a Portugal. Com eventual excepção de alguns sectores das elites moçambicanas, parecem evidentes os desejos de uma efectiva reaproximação a Portugal, a superação dos traumas decorrentes de um passado histórico e o reconhecimento de alguns dos erros cometidos na euforia do acesso à independência. Parecem, entre nós, politicamente predominantes as perspectivas que consideram que o futuro do País passa, em grande parte, por África. Uma relação africana privilegiada seria mesmo um dos principais diferenciais que reforçaria o nosso peso e especificidade no concerto europeu e que contribuiria, de forma muito importante, para a capacidade de consecução dos objectivos da defesa nacional. Mas existem também correntes apreciáveis que advogam que o ciclo africano deve ser definitivamente encerrado, que a África seria apenas um sorvedouro de recursos sem contrapartidas significativas e que os limitados recursos nacionais disponíveis devem ser concentrados na Europa.

Julga-se urgente um grande debate nacional sobre a questão. A vencer a opção africana, dois pontos se salientam desde já. Em primeiro

lugar, em face da escassez dos recursos, não se devem repetir erros do passado, fazendo esforços em «toda a frente»: há que ser selectivo concentrando as capacidades em um ou dois territórios, à luz dos reais interesses nacionais. Em segundo lugar, haverá que empregar vastos recursos humanos e materiais, tal como durante a guerra, numa escala e segundo uma visão que excedem largamente as predominantes nos últimos anos, o que, certamente, implicará alterações estruturais significativas em aparelhos do Estado, inclusive na concepção da estrutura militar.

Caso contrário, os resultados serão ilusórios e mais uma vez não haveria consonância entre os actos e as palavras.